

# Construtivismo Esquizoanalítico: consistência e intensão

*Schizoanalytic Constructivism:  
consistency and intension*

**Argus Setembrino, Domenico Uhng Hur**

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir elementos de um método de “revisão conceitual” extraído a partir da Filosofia da Diferença/Esquizoanálise. Como método de investigação analisamos a obra “O que é a filosofia” de Gilles Deleuze e Félix Guattari, bem como trabalhos de comentadores que se referem a problemática similar no campo da esquizoanálise. Realizamos uma discussão sobre o problema de método na ciência do senso comum e na esquizoanálise. Dentre as várias dimensões dos conceitos presentes nesta obra de Deleuze e Guattari, analisamos duas: a consistência e a intensão.

## Palavras-chave

Esquizoanálise, método, Psicologia, conceito, Filosofia.

## Abstract

*The purpose of this article is to present and discuss elements of a method of “conceptual review” extracted from the Philosophy of Difference/Schizoanalysis. As a method of investigation, we analyzed the work “What is philosophy” by Gilles Deleuze and Félix Guattari, as well as works by commentators who refer to similar issues in the field of schizoanalysis. We discussed the problem of method in common sense science and schizoanalysis. Among the various dimensions of the concepts present in this work by Deleuze and Guattari, we analyze two: consistency and intensity.*

## Keywords

*Schizoanalysis, method, Psychology, concept, Philosophy.*

## Argus Setembrino

**Universidade Federal de  
Goiás**

Mestrando do Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Goiás.

[argustenorio@discente.ufg.br](mailto:argustenorio@discente.ufg.br)

## Domenico Uhng Hur

**Universidade Federal de  
Goiás**

Professor Associado de  
graduação e pós-graduação em  
Psicologia da Universidade  
Federal de Goiás.

[domenico@ufg.br](mailto:domenico@ufg.br)

## Introdução

Nós nos dirigimos aos inconscientes que protestam. [...] Qual é a tua maneira de delirar o campo social? (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.32-34).

Neste artigo, apresentamos e discutimos elementos de um método de “revisão conceitual” a partir da Filosofia da Diferença/Esquizoanálise, tomando como principal referência a obra *O que é a Filosofia?* (DELEUZE; GUATTARI, 1992). É uma etapa da pesquisa de mestrado “Subjetivação, Técnica e Política: (para) uma esquizoanálise das coisas” (em andamento), cujo objetivo é operacionalizar um plano a ser traçado em torno dos conceitos de força e potencial de agência (HUR, 2018) das coisas em seus efeitos de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 2011; GUATTARI, 2012), isto é, em dispositivo (DELEUZE, 1990).

Trata-se de um trabalho que visa discutir a resposta a um problema de método que se impôs ao nosso problema de pesquisa. Consideramos que em nosso problema de pesquisa se colocam inúmeras implicações (LOURAU, 1975, 1993), entre as quais a crítica a valores positivistas de pesquisa (replicabilidade, neutralidade) e as relações em que a Técnica nos ultrapassa<sup>1</sup>. Investigar o “estado da arte” em relação ao entendimento da Técnica comporta um sem-número de abordagens. Neste ponto, as divisões acadêmico-institucionais do saber são limites externos que ignoramos numa exploração primeira do que se tem pensado e elaborado a respeito da Técnica, pois o que importa é mais buscar e produzir um entendimento do que reportar a um campo ou engrossar um cinturão paradigmático.

Assim, deparamo-nos com abordagens que usam diferentes terminologias: objeto; técnica; ferramenta; instrumento; mas também objeto técnico; artefato; meio; tecnologia; meio; mediação técnica; mediação tecnológica; mediação; dispositivo; aparato; aparelho; máquina; ciborgue; TICs e NTICS; algoritmo; entre outros. Num sentido “pré-teórico”, poderíamos dizer de “abordagens das coisas” para designar todas estas nomenclaturas e as filosofias, disciplinas, grupos, autores, meditações a que elas pertencem. Uma “coisa” é algo estranho ou excessivamente genérico; não necessariamente horrendo nem abjeto, mas ainda amorfo ou informe. Permitiria-nos, portanto, expressar um estranhamento ou desnaturalização necessária a uma abordagem dessas coisas que povoam genérica e concretamente nosso entorno. Desta forma, cada abordagem das coisas configura aqui uma aproximação do problema e da pesquisa; o que intuímos em relação à problemática da técnica se deve também a estas abordagens.

Com este conjunto artificial denominado “abordagem das coisas”, deparamo-nos com abordagens de diferentes pertencas institucionais, epistemológicas e disciplinares; de diferentes nacionalidades, estilos, autorias; diferentes complexidades e historicidades, e diferentes relações com a subjetivação. Revisar conceitualmente as abordagens das coisas – agora sem aspas – se tornou objetivo específico, um problema de método para cuja resposta realizamos uma análise da obra *O que é a Filosofia?* para extrairmos considerações acerca de do que seja um conceito, mas também as regras adicionais de um método. Também realizamos uma revisão bibliográfica sobre produção recente de base esquizoanalítica ou esquizoanalista brasileira que tratam de questões metodológicas. Pesquisamos de maneira exploratória artigos, teses e dissertações, livros e conferências.

A discussão em tela resulta deste processo. Para apresenta-la, dividimos o artigo em três tópicos, os quais são: problema de método, a natureza do conceito no construtivismo esquizoanalítico e considerações finais.

## 1

Esta implicação pode ser apreendida numa passagem de um ensaio de Milton Santos acerca da natureza abstrata, que a transmite perfeitamente: “Ali mesmo, onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que me ultrapassam ou não me atingem, de modo que me escapam as possibilidades hoje tão numerosas e concretas de uso ou de ação. O que parece estar ao alcance de minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno?” (SANTOS, 1994, p. 6).

## 1. Problema de Método

Ao nos perguntarmos, inicialmente, “como operacionalizar um esquema conceitual em torno do conceito de força?”, avaliamos primeiramente a possibilidade de uso das metodologias disponíveis de revisão de literatura e revisão conceitual que também possuem, cada qual, condições de aplicação e uma variedade finita e determinável de resultados possíveis; condições e modulações dadas inclusive pela filosofia da ciência a que estão assim subordinadas.

Citamos aqui um modelo tradicional de revisão conceitual, denominado de “Modelo Evolucionário” (RODGERS, 2000). É bastante utilizado em áreas como a Saúde Pública e a Enfermagem e o utilizaremos de exemplo desta discussão. Segundo algumas de suas aplicações, ele se justifica pela a necessidade do desenvolvimento conceitual para pesquisas de base *significativas* e pela necessidade de um método científico *válido* para análise conceitual. Ao mesmo tempo, advoga-se que seus pontos fortes estão em se basear em etapas *claras* do processo de análise, bem como pode contribuir para clarificação, descrição e explicação de conceitos centrais de um campo, escolhidos e analisados *indutivamente*, a partir da maneira como são usados na disciplina em que se situa (TOFTHAGEN; FAGERSTRØM, 2010; HOLANDA; PINHEIRO; PAGLIUCA, 2013; HO, 2019). Este modelo envolve as seguintes etapas:

identificar o conceito de interesse e expressões associadas; identificar e selecionar campo apropriado para coleta de dados; realizar a coleta de dados; analisar os dados distinguindo as características do conceito, seus antecedentes, consequentes e termos substitutos; identificar caso modelo do conceito; identificar hipóteses e implicações para outros estudos (HOLANDA; PINHEIRO; PAGLIUCA, 2013, p. 407).

Embora as etapas pudessem ser aplicadas para uma análise conceitual das abordagens das coisas - já que parte de uma cientificidade que não é exclusiva do campo em que é empregada -, há algumas de razões pelas quais este tipo de modelo não nos seria adequado. Entre elas, cumpre que tratemos de ao menos duas: indução e replicabilidade.

Em primeiro lugar, o “Modelo Evolucionário” carrega - como qualquer outro - um conjunto de valorações na sua constituição e muitas destas não nos são adequadas. Sua validade, por exemplo, está associada à possibilidade do “mesmo” procedimento poder ser feito por outros pesquisadores (replicabilidade) e disso decorre o modo de enunciar os procedimentos, “clareza” e “sistematicidade” - qualidades também apresentadas como seus pontos fortes, já que são condições para esta mesma replicabilidade.

A partir de tais valorações, a metodologia é prescrita de modo que se tenha várias pesquisas com o “mesmo” procedimento, modulando os resultados de modo que produzam, assim, efeito de campo. A própria “clareza” é uma clareza para replicabilidade. Nossa preocupação, contudo, é primeiramente produzir um entendimento acerca dos dispositivos que compõe nosso entorno, considerando de início que a eventual “generalização” dos “achados particulares” se dará em função do Diagrama - que é coextensivo a todo o campo social e nele estamos implicados - e não às custas de uma rejeição de idiosincrasias, *outliers* (pontos fora da curva), particularidades. O que nos leva um outro aspecto da inadequação: a indução.

Neste modelo, a indução se dá pela revisão de ocorrências de um determinado conceito com suas características, de conceitos de antecedentes e consequentes (antes e depois) e de conceitos substitutos; das ocorrências individuais dos conceitos na literatura de determinado campo é

induzida a “clarificação” do conceito, uma definição geral a partir das ocorrências particulares. Com isso, esta metodologia tende a resultar numa definição das características “essenciais” de um conceito, operando uma certa unificação que sirva para um acordo e dedução no uso dos conceitos em posteriores “pesquisas de base” ou na prática profissional em determinado campo.

Ainda que pudéssemos, para seguir este modelo, tratar as diferentes áreas deste conjunto das abordagens das coisas como uma só, nosso objetivo não passa por unificar um entendimento do que seja técnica, objeto, instrumento, tecnologia, algoritmo, digital, ciborgue, máquina, artefato, aparelho, aparato, dispositivo, programa, cibernética... Além disso, a replicabilidade das etapas não coaduna com a consideração das implicações do problema, considerando implicação como nó de relações que além de constituírem e condicionarem o problema, localizam-no.

Necessitamos de um método que considere, de algum modo, senão o próprio conceito de implicação, ao menos as próprias implicações da constituição do problema. Um método cuja própria definição (de método) leve em conta a Implicação e as implicações.

É certo que cada manual de metodologia científica ou mesmo metodologias “avulso”, como o próprio Modelo Evolucionário que nos serve de exemplo, têm produções filosóficas antecedentes. Os modelos e metodologias se justificam e se referenciam em epistemologias, gnosiologias, filosofias da ciência e da linguagem. As próprias definições de método, metodologia e cognatos terão origens e referências filosóficas mais ou menos rastreáveis – além de, evidentemente, aspectos históricos, sociais, antropológicos, geográficos, religiosos, políticos...

Uma vez que não dispomos de metodologias adequadas ao problema colocado, nosso problema de método passa por um caminho inverso. Em lugar de selecionar uma prescrição metodológica avaliando a pertinência da filosofia que a baseia, buscamos um método da filosofia que já sabemos afeita ao problema: a esquizoanálise.

Mais precisamente, na obra *O que é a filosofia?* (DELEUZE; GUATTARI, 1992) encontramos o que se pode qualificar como uma filosofia política afeita a nossas implicações sociopolíticas; uma filosofia da ciência que pode referenciar um método; um conceito de conceito, a partir do qual o “esquema conceitual” pode ser traçado e operacionalizado. A própria criação de conceitos, como postulam, se dá a partir das relações concretas - de “devir” - e do que os autores chamam de Gosto. Gosto e Devir “equivalem”, em alguma “medida”, ao que consideramos como Implicação.

Portanto, a preocupação primeira continua sendo responder ao problema que colocamos desde a “ultrapassagem da técnica”, e menos guardar coerência com as escolas e conformações institucionais. Não se trata de criticar o uso de estatísticas baseadas no princípio de identidade por quem alega o materialismo histórico-dialético como método. A preocupação não é com a coerência ou com eventuais apontamentos de contradictos, mas com a problemática mesma.

Em relação ao texto *O que é a filosofia?*, temos notícia de trabalhos anteriores a este cujo método ou percurso metodológico se valeu desta obra. A tese de doutorado de Francini Guizardi (2008) que parte do conceito de conceito apresentado para pensar a participação social no Sistema Único de Saúde. E a dissertação de mestrado de André Rossi (COUTINHO, 2007) que já supõe a clínica como um plano algo independente dos conceitos.

O que estes trabalhos importam ao nosso problema de método é que seus avanços facilitam nossa resposta e suas eventuais derrotas permitem que nossa possível derrota seja outra. Por exemplo, enquanto em Guizardi (2008) e Rossi (COUTINHO, 2007) a implicação em relação ao capital não

aparece explicitamente e pode ser entendida como considerando a dominação do capital como inelutável, nosso trabalho se posiciona como anticapitalista, assim como o texto-base:

É sempre com a utopia que a filosofia se torna política, e leva ao mais alto ponto a crítica de sua época. [...] dizer que a revolução é, ela mesma, utopia de imanência não é dizer que é um sonho, algo que não se realiza ou só se realiza traindo-se. Pelo contrário, é colocar a revolução como plano de imanência, movimento infinito, sobrevoo absoluto, mas enquanto estes traços se conectam com o que há de real aqui e agora, na luta contra o capitalismo, e relançam novas lutas sempre que a precedente é traída (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 120-121).

Certamente esses trabalhos anteriores, seja em relação a método, seja em relação aos conceitos, geram efeitos sobre o nosso problema de método e na resposta a este problema, mas não necessariamente efeitos de dívida, ancestralidade ou filiação. Se a esquizoanálise, se o rizoma esquizoanalítico se pratica a partir de “traços que se conectam com o que há de real aqui e agora”, a eventual dívida é com este aqui e agora, de que os trabalhos anteriores são apenas parte. Além de que, como dissemos em outra ocasião, “a esquizoanálise como referencial talvez se caracterize pelo fato de que se dissermos as mesmas coisas, estamos fazendo algo errado; será frustrante esperar o mesmo uso de diferentes autores” (SETEMBRINO; GIMENES, 2020, p. 8).

Assim sendo, nosso problema poderia ser anunciado como “extrair um método de revisão conceitual da esquizoanálise” para “operacionalizar um esquema conceitual...”. Mas desde uma perspectiva esquizoanalítica, estaria mais próximo de algo como “elaborar um método de produção conceitual a partir da esquizoanálise”.

Por um lado, encontramos na Esquizoanálise uma filosofia da ciência, algo assimilável a uma filosofia da ciência à maneira de um Khun, um Popper, um Feyerabend, um Boaventura. Por outro lado - e mais substantivamente do que adjetivamente - encontramos uma filosofia não assimilável a estas.

Contudo, uma questão especialmente sensível em trabalhos esquizoanalíticos escritos é justamente a questão de método. É o caso dos trabalhos de Gregório Barenblitt (2008, 2019), que nos fala em “proposições descartáveis” para o Esquizodrama, que também se quer um método. E Guattari (1985, 2011) que nos fala de “descartáveis conceituais”, “notas descartáveis sobre conceitos”. Há também o “método esquizoanalítico de intervenção”, entre aspas, e “pistas do método da cartografia”, a exemplo de Hur (2018) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009, 2013), respectivamente. E no próprio texto que nos serve de referência, quando dizem, por exemplo, que “se o pensamento procura, é menos à maneira de um homem que disporia de um método, que à maneira de um cão que pula desordenadamente...” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 68).

Estes são exemplos de uma tentativa de preservação de uma abertura, por assim dizer, que é o próprio da esquizoanálise. Um método ou escola são matérias em que se corre o risco de qualquer cristalização do movimento sem-lei que é a Diferença. Portanto, na busca de um método por esta filosofia, devemos considerar o que seria um método segundo esta própria filosofia ou ao menos a possibilidade de um método.

O que possibilita e, em certo sentido, justifica este método esquizoanalista são considerações em seus próprios termos, isto é, uma esquizoanálise anterior à assimilação às ciências, à institucionalização como método(logia) de Pesquisa, à captura em etiquetas do “campo”. Positivamente, o que possibilita e torna necessário este método é (a) uma preparação para o

percurso de pesquisa; uma sempre recomendada (b) prudência, por referenciar o percurso; dar lugar à (c) transcendência, que sempre se impõe; considerar a política, anterior ao ser cujo (d) modo de vida tem relações complexas com o método e; uma (e) *metamodelização* em oposição ou à diferença da axiomática do capital, isto é, que impeça ou limite a ação desta axiomática na pesquisa. Discutimos adiante cada um destes itens.

Considerando que o que devém o faz a partir de um ser, estado de coisas e/ou estado de corpo, o método exerce essa função de organização a partir da qual devir. Vários pares nas conceituações esquizoanalíticas, podemos dizer, “transmitem essa ideia”: *território* a partir do qual há *desterritorialização*; *repetição* que gera *diferença*; molecular-molar; macropolítico-micropolítico; *ser e devir*; *árvore e rizoma*...

Em *O que é a Filosofia?*, aparecem sobremaneira ser e devir, (re/des)territorialização e atual-virtual, mas em todo caso, a ideia central que nos serve é de que não há devir sem ser, sem história, sem estado de coisas. Método, neste construtivismo, tem esta designação. Um método não deixa de se configurar como um estado de coisas ou punhado de terra em uma apreensão universalizante, mas sustentamos que é diferente partir deste estado ou de outro - a exemplo do *modelo evolucionário* discutido anteriormente.

Aquilo que se produz, cria ou agencia - no caso, os conceitos - é *entre* produções anteriores. Preparar, aqui, é uma certa escolha dessas anterioridades, que supomos dispor de virtualidades mais próximas de se atualizar... talvez *como se* a “realidade” respondesse na língua (método) em que é perguntada. Preparar, aqui, é reunir algumas condições de efetuação, entre elas o próprio método e o programa de ação decorrente.

A prudência, por sua vez, é uma recomendação feita a todo instante na esquizoanálise. Em termos operacionais é uma qualidade da experimentação, necessária para que a experimentação não seja mais potente de que possamos suportar, isto é, a prudência é necessária para que a experimentação não nos destrua.

Ao operar como uma referência, o método traz essa qualidade de prudência para a experimentação. A referência se torna tão necessária quanto for a intensidade ou violência do lidar com *virtualidades caóticas*. A destruição, condição de existência de qualquer programa esquizoanalítico/cartográfico, abre espaço para virtualidades caóticas se efetuem; é condição para qualquer *desterritorialização relativa* que, aliás, só é relativa por ocasião da manutenção de algumas referências no processo.

No caso das abordagens das coisas, não basta uma atitude crítica (FOUCAULT, 2000) em relação às opiniões, significações e metáforas que mediam nossa relação com os objetos (nosso problema de pesquisa), mas sim uma verdadeira *raspagem* e destruição de esquemas em favor de outros. O que sustentamos é que o método é possível também nesta função de referência, conquanto a *desterritorialização* almejada é relativa - e elas são quase sempre relativas, não-absolutas. Havendo quase-sempre referências não destruídas, restos de um território anterior, o método entra numa escolha preliminar destas referências e sobras, que expressem essa qualidade de prudência.

A “mesma” justificativa e possibilidade de um método vale para a transcendência. Por um lado, a transcendência é bem a inimiga da “filosofia da imanência”: platônica, eclesiástica, moralista, do capital, dos poderes constituídos, das instituições majoritárias, daquilo que busca nos enfraquecer... por outro lado, a transcendência sempre impõe, de um modo ou de outro<sup>2</sup>.

As maneiras de colocar a questão de método que já vimos guardam coerência com um combate a uma transcendência, além de evitar

## 2

No dizer de Deleuze e Guattari (1992, p. 72-73), os planos “têm em comum restaurar a transcendência e a ilusão (não podem evitá-lo), mas também combatê-la com vigor, e cada um também tem sua maneira particular de fazer uma e outra coisa”.

## 3

“Há religião cada vez que há transcendência” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 54).

cristalizações, institucionalizações ou qualquer coisa que impeça o movimento. Contudo, o efeito pode ser justamente o contrário se, por exemplo, tomarmos “não há método” como palavra de ordem, “imperativo categórico”, regra geral apriorística e inadvertida. Ou, como muito se vê acontecer, reduzir a dimensão ética a uma etiqueta militante, incluindo o método ou a transcendência numa lista de coisas a não dizer, maldizer e não deixar dizer. Uma etiqueta ou código de conduta que proíbe a transcendência não é garantia de que ela não se instaure. Pelo contrário, é a garantia de que ela se instaure precisamente aí, despercebida, por onde é supostamente negada.

Esta negação discursiva de um método é apenas um exemplo de transcendência, isto é, de “religião”<sup>3</sup>. Outros podem ser mostrados: quando interpretamos, ou quando dizemos que algo é imanente a Algo. De outra forma, um método pode, evidentemente, funcionar como uma transcendência, mas é precisamente aí que apostamos: se a transcendência sempre se impõe, cumpre dar a ela um lugar. Em outras palavras, se a transcendência sempre se impõe, que o método sirva para dispô-la, determinar o seu lugar, mesmo que este lugar seja o próprio método.

Já para a relação com a política, podemos partir de Spinoza para quem “método” designa não um caminho que nos leva até a verdade, mas sim um modo de vida e um modo de pensamento que nos previne de nos afastarmos da verdade: “O método, segundo Espinosa, é proceder segundo a norma de uma qualquer ideia verdadeira dada [...] não é a norma de um dever ser abstrato, é a norma do ser” (RESENDE, 2019, não paginado). O método depende do modo de vida (*ratio et modus vivendi*).

Partindo de Spinoza e chegando na Esquizoanálise, é também de modo de vida que se trata. “Pois, antes do ser, há a política” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 85). Assim como a ultrapassagem da Técnica e a questão de pesquisa dela decorrente, o problema de método é ulterior ao problema de modo de vida e a ele retorna – daí considerar Implicação, Gosto, Subjetividade, *Localidade*. A resposta ao problema de método é inseparável, portanto, da experimentação, ou de uma filosofia imediatamente prática. O que parece uma discussão que se avizinha daquela feita, por exemplo, por Roberta Romagnoli (2009) acerca da *cartografia* (esquizoanálise) e a *relação pesquisa e vida*.

O método deste sentido é o que se presta a uma modulação ou *metamodelização* (GUATTARI, 2012; GUATTARI; UNO, 2016) do percurso de pesquisa. Uma em oposição ou à diferença da modulação efetuada pela axiomática do capital (HUR, 2018). Aquilo que comumente ou hegemonicamente se entende por metodologia, a exemplo do mencionado Modelo Evolucionário (RODGERS, 2000), na esquizoanálise é “traduzível” como programa, como recuperado pelo belo trabalho de Rafael Adaime (2008): dirá o que fazer, mas de uma maneira nada menos que contingencial, circunstancial, *ad hoc*, “provisória e descartável” e singular - não-replicável, por conseguinte. Aquilo que nas ciências humanas, sociais e da saúde se chama de metodologia ou modelo, para a esquizoanálise é um programa.

O método como metamodelizador está mais para uma disposição metodológica do que uma prescrição metodológica. Sua interferência no processo de pesquisa não é pela descrição anterior aos passos – isto cabe ao programa. A exemplo da própria revisão conceitual, a modulação se dá pela própria natureza do conceito.

Ainda que uma revisão conceitual utilize os mesmos passos ou programas, ela terá resultados diferentes por força da natureza do conceito que preexiste a estes passos. Se uma revisão conceitual leva em conta que um conceito é uma definição que se encontra em dicionário, terá resultados diferentes de outra que considere que um conceito é uma ideia ou imagem;

#### 4

Esta seção, bem como este artigo, faz parte de uma série de comunicações, discussões e apresentações realizadas como parte do trabalho de pesquisa em andamento. Ações realizadas no espírito de desenvolvimento da pesquisa e na busca – por vezes debalde – por interlocuções. Com isso, as discussões ora realizadas constituem avanços, tangenciamentos ou outros aspectos de discussões anteriores, recuperáveis como resumo, resumo expandido, artigo, *blog* e vídeos. A discussão completa se encontrará na dissertação de mestrado, atualmente em fase de elaboração.

#### 5

“A filosofia apresenta três elementos, cada um dos quais responde aos dois outros, mas deve ser considerada em si mesma: o plano pré-filosófico que ela deve traçar (imanência), o ou os personagens pré-filosóficos que ela deve inventar e fazer viver (insistência), os conceitos filosóficos que ela deve criar (consistência). Traçar, inventar, criar, esta é a trindade filosófica. Traços diagramáticos, personalísticos e intensivos. Há grupos de conceitos, caso eles ressoem ou lancem pontes móveis, cobrindo um mesmo plano de imanência que os une uns aos outros. Há famílias de planos, caso os movimentos infinitos se dobrem uns nos outros e componham variações de curvatura ou, ao contrário, selecionem variedades não componíveis. Há tipos de personagens segundo suas possibilidades de encontro, mesmo hostil, sobre um mesmo plano e num grupo.” (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 93)

#### 6

Como um ônibus que desacelera para pegar passageiros(as).

e de outra que considera que um conceito é um significante com um significado; ou de uma revisão que considere o conceito segundo diferentes escolas, autorias.

É por este motivo que a primeira entrada na análise d'*O que é a filosofia?* para nossa operacionalização de um esquema conceitual é justamente pela natureza dos conceitos segundo esta filosofia. O que acarreta outras modulações e conseqüências para a pesquisa. A seguir discutimos ao mesmo tempo a natureza do conceito em *O que é a filosofia?* e outras modulações que esta perspectiva importa à pesquisa que terá, assim, o construtivismo esquizoanalítico como método.

## 2. A natureza do conceito no Construtivismo Esquizoanalítico<sup>4</sup>

De um lado, não devemos supor que o leitor conheça nos detalhes a obra que nos serve de base e já partir deste pressuposto na “extração” de um método. Por outro lado, também não nos cabe reproduzir a obra. Entre estes dois polos, cumpre que a apresentemos minimamente, o suficiente para fornecer as bases do método que propomos.

Deleuze e Guattari (1992, p. 45) apresentam a filosofia como um construtivismo ou construcionismo. “A filosofia é um construtivismo”. Uma construção de conceitos, personagens conceituais, e plano de imanência. O que designamos como “construtivismo esquizoanalítico”, portanto, é bem filosofia como pensada por estes autores. O adjetivo “esquizoanalítico” designa não só uma diferenciação de outros construtivismos, como também que se trata de uma outra forma de esquizoanálise, como as diversas formas apresentadas pelas outras obras dos mesmos autores.

Esta construção de que trata a filosofia começa pelos conceitos. Eles apresentam o que seja um conceito, ou sua natureza e um dos traços apresentados é precisamente uma das “chaves-de-leitura” do texto: a ideia de que o conceito tem um devir.

Dito de outro modo, eles ensinam que os conceitos devêm na relação com outros e este movimento é perceptível no próprio texto. Assim, a própria concepção de filosofia que é apresentada no início não é a mesma que se apresenta no final, pois varia segundo os inumeráveis conceitos que vão sendo apresentados ao longo do texto.

Uma definição do que seja este construtivismo esquizoanalítico, então, não poderia ser feita sem uma parada ou desaceleração do próprio movimento do texto; ou ainda tomando uma parte dele “como” uma cena ou tomada dentro de um filme, um episódio de um seriado. Tomando esta obra como uma totalidade, sem ainda considerar seu funcionamento na relação conosco e com a pesquisa, a trindade filosófica (conceito, plano e personagem)<sup>5</sup> pode ser resumida em um quadro extremamente *lento*<sup>6</sup>, como se segue:

Quadro 1: A trindade filosófica no construtivismo esquizoanalítico

	Personagem Conceitual	Conceito	Plano de Imanência
Traços (composição)	Personalísticos	Intensivos	Diagramáticos
Conjunto/Coletivo	Tipos de	Grupos de	Famílias de
Ação/Atuação	Inventar	Criar	Traçar
Faculdade/Nome	Imaginação	Entendimento	Razão



<b>Qualidade/Potência</b>	Insistência	Consistência	Imanência
<b>Vetor/Opera por</b>	Solavancos	Saraivada	Abalos
<b>Antes (ainda)</b>	Límbico	Indeterminado	Transparente

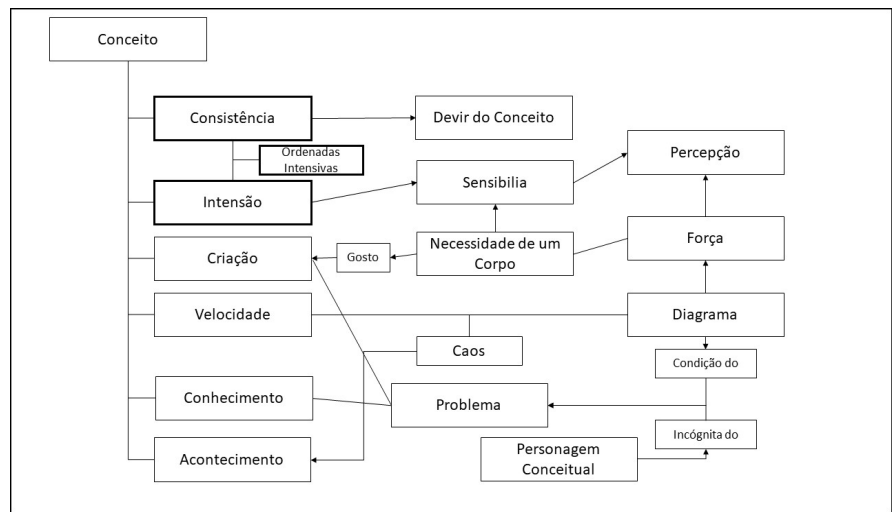
Fonte: elaborado pelos autores

Em resumo, este construtivismo se faz em três operações concomitantes e interdependentes: de traços intensivos, criar grupos de conceitos consistentes por saraivadas (Entendimento); de traços personalísticos, inventar tipos de personagens conceituais insistentes por solavancos (Imaginação); de traços diagramáticos, traçar famílias de planos de imanência por abalos (Razão).

O conceito é o começo do construtivismo, “mas o plano é sua instauração” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 52) e não tem sentido se não criado por um personagem conceitual que traça o plano no seio do caos, sustentando sua velocidade, e lança os conceitos sobre o plano. Desta perspectiva, não há de antemão um plano, como um “plano da clínica” aguardando “conceitos” ou um “diagrama de rendimento” sem conceito de capital entre muitos outros. O plano não é senão pelos conceitos que o tornam visível e personagens conceituais que o instaura. Não há personagem “válido” ou insistente sem conceitos e plano.

Também a natureza do plano de imanência e do personagem conceitual importam a este construtivismo e ao método, mas neste artigo nos centraremos natureza do conceito e sua importância para o método, como esquematizado na figura a seguir:

Figura 1 - Esquema da natureza do conceito no construtivismo esquizoanalítico



Fonte: elaborado pelos autores - com modificações desde a última publicação (SETEMBRINO; GIMENES, 2020)

Neste construtivismo, um conceito tem consistência, intensão e velocidade; é criação, é conhecimento e é acontecimento; remete a um problema, cuja condição é dada pelo plano de imanência (diagrama) e cuja incógnita é dada pelo personagem conceitual. Dois destes componentes (em destaque) serão discutidos a seguir.

## 2.1. Consistência

Em sua realidade filosófica, um conceito tem uma *consistência*. Esta é dada pela relação com outros conceitos que formam um *plano de consistência* onde “os conceitos se acomodam uns aos outros, sobrepõem-se uns aos outros, coordenam seus contornos, compõem seus respectivos problemas, pertencem à mesma filosofia, mesmo se têm histórias diferentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27).

A consistência de um conceito é dada por sua relação de *devenir* com os outros conceitos e é nesse sentido que extrapola, excede sua história, sua institucionalização. Por esta razão é que, apesar de comparável com uma teoria ou quadro teórico, um plano de consistência não é o mesmo que uma teoria, pois concerne prioritariamente ao *devenir* dos conceitos em um plano de consistência.

Para o método, a *consistência* importa precisamente a relação com outros conceitos, que o determina. Tanto relações internas de composição por outros conceitos quanto relações externas, remetendo a outros conceitos em sua história e *devenir*. Considerar a consistência de um conceito é defini-lo absolutamente pelas suas relações, isto é, não por uma constante ou variável, mas pelas relações que entretêm.

Seus componentes conferem uma endoconsistência. Um conceito é composto por dois ou mais conceitos e estes, por sua vez, compostos por outros e assim ao infinito, sem que exista um conceito de todos os conceitos. Os autores chamarão de zonas, limites ou devires as conexões internas entre conceitos distintos, mas inseparáveis, mas o essencial é que são relações internas sem as quais o conceito se torna outra coisa.

Mas também as conjugações externas com outros conceitos o determinam, pois determinam a problemática a que ele responde. As pontes que o conceito faz num mesmo plano de consistência lhe conferem sua exoconsistência, que se dá quando os componentes internos estão saturados. Nesse sentido que um plano de consistência pode ser composto por conceitos advindos de outros planos, outras histórias e historiografias, pois o que importa são as relações, os devires intensivos.

A consistência, também podemos designá-la como vizinhança. São “sinônimos”. As relações entre conceitos são relações de vizinhança interna (endoconsistência) ou externa (exoconsistência). É dizer que as relações que definem um conceito são posicionais, de posição relacional. É neste sentido que se pode dizer que “A ciência é paradigmática, enquanto a filosofia é sintagmática” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 147), que “o conceito não é paradigmático, mas sintagmático; não é projetivo, mas conectivo; não é hierárquico, mas vicinal; não é referente, mas consistente” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 109).

A regra “gramatical” do conceito é a regra da vizinhança, da relação entre conceitos, o que não se confunde com relação entre palavras. As palavras são meios de expressão de que dispomos, mas os conceitos são ordenadas intensivas, anteriores à codificação. Para o construtivismo, então, decorrem as questões colocadas pelos próprios autores: “que meter num conceito, e com que coinserto-lo? Que conceito é preciso inserir ao lado deste, e que componentes em cada um? São as questões da criação de conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 109). A consistência como ordenadas intensivas<sup>7</sup> remete portanto a um outro traço do conceito, que é a intensão.

## 2.2. Intensão

Os conceitos filosóficos são compostos de traços intensivos e são, eles próprios e por sua vez, traços intensivos de outros conceitos - já o vimos ao tratar da consistência. Conceito é intensão, o que implica que são da ordem

**7**

“As relações no conceito [endoconsistência] não são nem de compreensão nem de extensão, mas somente de ordenação, e os componentes do conceito não são nem constantes nem variáveis, mas puras e simples variações ordenadas segundo sua vizinhança” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 28).

**8**

“Não se pode objetar que a criação se diz antes do sensível e das artes, já que a arte faz existir entidades espirituais, e **já que os conceitos filosóficos são também sensibilia**” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 11, grifo nosso).

da sensibilia<sup>8</sup>. Note-se que falar em “intensão” em lugar de “intensidade” e “sensibilia” em lugar de “sensibilidade” marca, pela rejeição ao sufixo “-dade”, uma rejeição da transcendência que esses sufixos podem designar.

Haveria um caminho espinosano para explicar as relações entre pensamento e afetos e afecções, mas cumpre dizer que a intensão acarreta que o conceito é sentido, antes de ser pensado; e é percepção e condição de percepção. Os autores dão o exemplo do conceito de “outrem”:

Outrem é sempre percebido como um outro, mas, em seu conceito, ele é a condição de toda a percepção, para os outros como para nós. É a condição sob a qual passamos de um mundo a outro. Outrem faz o mundo passar, e o “eu” nada designa senão um mundo passado (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 26).

Essa espécie de movimento perceptório que é o conceito acarreta algumas consequências para o método. Primeiro que, sendo o conceito percepção e condição de percepção, perguntarmos por que conceitos diferentes autorias utilizam é também nos perguntarmos pelo que eles estão percebendo. Ou seja, o que podemos perceber através de conceitos extraídos de diferentes autores, campos, obras – que, em nosso caso, estão agrupadas como “abordagem das coisas”.

O que nos permite a “extração” ou “roubo” de diferentes campos malgrado seu enquadramento institucional, epistemológico, cultural, disciplinar é considerar que o conceito “não tem coordenadas espaçotemporais, mas apenas ordenadas intensivas” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 29). É ao mesmo tempo sua consistência e intensão que devem ser consideradas.

Dissemos em outra oportunidade (SETEMBRINO; GIMENES, 2020) sustentar que é no corpo que se passam esses devires que são condição de criação de qualquer coisa. Mas também consideramos que os conceitos se efetuem em corpos, os corpos nossos ou *da gente*. Não se trata, portanto, de uma intensidade localizada em alguma dobra do cérebro de um indivíduo, ou um ideal da mente de alguém. Os conceitos se efetuem ou encarnam em corpos, mas são eles próprios incorporais e não dizem respeito a um indivíduo, mas uma acontecimentalização, como abordamos na pesquisa.

Por encarnarem em corpos é que podemos dizer que um método que leva em conta a intensão dos conceitos não se prestaria apenas a uma investigação do que se está formulando nos diferentes campos em termos diversos, ao modo de uma revisão. Mas sim para tomar emprestado os olhos para ver, o nariz para cheirar, o corpo para perceber e recombinar os conceitos em favor de uma esquizoanálise das coisas.

Aqui não há nenhum sentido especial para o que seja intensão ou intensidade. Em sua intensão, o conceito é condição de percepção; tudo que percebemos envolve intensão. Em outras palavras, “intensão” não designa somente um “barato”, um “frio na barriga”, um clímax, um paroxismo, um momento feliz. Dizer que o conceito, que é intensão, é condição de percepção é também dizer que só percebermos porque há conceitos; só percebemos algo tendo deste algo um conceito.

Este caráter ubíquo e ordinário do conceito é importante para que atentemos também à sua “existência” e “ação” no cotidiano, nos momentos mais “insignificantes”. Embora sua criação seja algo extraordinário, sua existência é ordinária. Arriscamos dizer que conceito é universal, mas não é equalizável. Assim como deste texto poderíamos dizer que “é tudo letra”, não é a mesma coisa a combinação de cada letra; uma partida de um jogo online “é tudo pixel”, “é tudo 0 e 1”, mas as combinações fazem toda a diferença; a sociedade “é um enredo de instituições”, mas não é indiferente

## 9

Desde a perspectiva da esquizoanálise encontrada no mesmo texto-base, podemos entender que as virtualidades são infinitas. Contudo, há virtualidades mais próximas de se atualizar que são o “potencial”, para o qual há funções e proposições. É como função de um potencial que as ações podem ser automatizadas, programadas, mas o potencial é um infinito muito menor que o infinito virtual: não está tudo dominado...

em que arranjos institucionais vivemos; nossa percepção é condicionada por um plano de consistência, mas não é indiferente que conceitos compõem esse plano.

Nestes exemplos dados (letras e palavras, pixels e codificação digital 0 e 1, instituições e conceitos), todos têm algo em comum. Se fomos bem sucedidos ao colocar estes exemplos em série no parágrafo anterior, o leitor terá percebido algo em comum entre eles. Esse algo em comum é precisamente a intensão; ao colocar estes exemplos em série, intentamos transmitir uma certa intensidade. Podemos dizer que são todos categorias? Que o que têm em comum é que gozam de certa universalidade? Não importa como chamemos esta mesma intensão que atravessa e compõe jogos online, sociedade, texto: a intensão é anterior à codificação.

A intensão do conceito de Outrem passa pela sensibilia de modo que percebemos um outro diferente de um eu, independentemente se sabemos dizer o que é “o outro”, “Outro”, “alteridade”. O discurso (encadeamento de proposições) é de outra natureza que não a do conceito e não tem que ver com a intensão como o conceito tem. A expressão de um conceito *implica* sua intensão... enquanto a proposição nunca é intensão.

Eis uma segunda consequência para o método que é, de certo modo, tomar o próprio corpo como referência, isto é, as intensões que no corpo se passam. É como se um mesmo fenômeno pudesse ser interpretado e experimentado por diferentes conceitos que são, assim, de mesma intensão ou de intensão próxima. É desta maneira que, por exemplo, sujeito, indivíduo, paciente, cliente são conceitos de mesma intensão, levando em consideração mais aquilo que se apresenta aos sentidos e o corpo que conhece do que as teorias de que são origem ideal.

Nas “abordagens das coisas” há inúmeros exemplos de diferentes abordagens para conceitos de mesma intensão. Aquilo que em um ensaio de fotografia (FLUSSER, 1985) se chama de “programa” em um “aparato” ou “máquina”, noutro ensaio, sobre mediação técnica (LATOURET, 1994), se chamará de “inscrição” de uma ação/atuação num “objeto”, “artefato” ou “objeto-instituição”. Mas em sua intensão, ambos dão a perceber, por exemplo, que os objetos têm uma função mais ou menos precisa dada desde sua fabricação, isto é, já tem delineadas as ações que são possíveis<sup>9</sup> se realizar com eles. Em outros termos, que os objetos têm uma política neles embutida. Seja ele uma caneca de porcelana ou um aparelho celular, sua política é perceptível por ambos ensaios que tomamos de exemplo. Pouco importando se um ensaio está situado no campo da Comunicação e outro na Antropologia.

No entanto, “como se” é uma operação de analogia, metafórica. “Como se fosse”, e não “é”. Trata-se de uma comparação inicial, de modo que aquela leitora familiarizada com a ideia de que existem diversas teorias para apreensão de um mesmo fenômeno/objeto possa começar a compreender, por aí, o que queremos expressar quando dizemos de conceitos de mesma intensão. Mas a analogia ou metáfora só se presta para esse esforço inicial, como “recurso pedagógico” ou explicativo inicial, não devendo ser levada mais longe.

Não se trata de uma operação de analogia ou metáfora, no sentido de que “indivíduo” está para a “Psicologia” assim como o “átomo” esteve para a “Física”; que “Ifá” está para o povo “iorubá” assim como “Deus” está para o povo “cristão”; que o “sujeito” está para a “namorada” assim como a “criança” esteve para a “mãe”. A operação de analogia estrutural supõe toda uma transcendência, ao passo que a intensão supõe o corpo que conhece (SETEMBRINO; GIMENES, 2020) e suas relações imanentes. Pela intensão, positivamente, os conceitos são equalizáveis entre paradigmas, traduzíveis entre as teorias, aproximáveis entre autores e, sobretudo, coincidentes no corpo de quem pensa.

Nesse sentido, uma revisão que procure pelos conceitos de que diferentes autorias fazem uso, toma emprestado os olhos para ver, o nariz para cheirar, o corpo para perceber. Em favor de uma esquizoanálise das coisas, a questão é dar-lhes outra consistência, recombina-los, já que “os novos conceitos devem estar em relação com problemas que são os nossos, com nossa história e sobretudo com nossos devires” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 26). Neste caso, tratar-se-á menos de uma revisão conceitual e mais da criação conceitual, que é outro traço do conceito propriamente filosófico.

Contudo, antes de tratar da produção de conceitos, cumpre dizer de uma distinção paradoxal entre os domínios da filosofia, da ciência, da religião e do “social”. Em *O que é a filosofia?*, há aquilo que se poderia designar - de acordo com as conformações acadêmico-institucionais - como filosofia da ciência; filosofia da arte ou estética; filosofia política; uma ética; filosofia do direito; filosofia antiga; da linguagem e até mesmo filosofia da técnica. Trata-se de filosofia, alheia às divisões catedráticas.

Os autores não fornecem elementos divisórios dos tipos de filosofia, malgrado o desapareço pela Lógica, tratada como um tipo rebaixado de pensamento, mas ainda assim pensamento. Mas distinguem a filosofia de outros domínios, ao passo que distinguem o conceito em filosofia do conceito nestes outros domínios. Mais uma vez, resumimos estes preceitos como se segue, sem, no entanto, enunciá-los completamente:

Quadro 2: Domínios não-filosóficos ou a variações do conceito no Construtivismo Esquizoanalítico

	Filosofia	Arte	Ciência	“Senso Comum” ou <i>Socius</i>	Religião ou Sabedoria
<b>Meio</b>	Conceito	Sensação	Função e Proposição	Opinião	Figura
<b>Conjunto de meios</b>	Plano de Consistência		Sistema de Coordenadas		
<b>Componentes de meios</b>	Conceitos/Traços Intensivos	Percepto e Afecto	Functivo		
<b>Assinatura</b>	Personagem Conceitual		Observador Parcial	Tipo Psicossocial	
<b>Plano</b>	de Imanência	de Composição	de Referência		de Imanência
	Acontecimento		Estado de coisas		
<b>Ser</b>	Variações (do conceito)	Variedade (da sensação)	Variáveis (da função)		

Fonte: elaborado pelos autores

Corremos o risco de um mau gosto que seria o de reduzir o conceito filosófico a uma opinião como função do vivido (*Socius*) ou a uma proposição como forma discursiva de uma função (Ciência). Certamente o conceito também não se reduz a uma ideia, uma definição. Contudo, o que designamos como construtivismo esquizoanalítico (ou esquizoanalista) diz respeito não só à filosofia, mas também aos outros domínios, e nisto reside o paradoxo, ao menos até aqui.

Ao mesmo tempo que “o conceito pertence à filosofia e só a ela pertence” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 43), há uma espécie de tradutibilidade entre os domínios, uma certa transmutabilidade do conceito entre os domínios, de modo que um conceito do *socius* (opinião) possa se tornar um conceito científico (proposição/função); um conceito “religioso” (figura) possa se tornar filosófico, por exemplo. Contudo, neste artigo, deter-nos-emos a este último traço apresentado que é a intensão, resumindo suas modulações para a pesquisa como se segue:

Quadro 3. Modulações da natureza do conceito para a pesquisa

Traço do conceito	Modulações para a pesquisa/Questões de método
Consistência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Que conceitos estão relacionados?</li> <li>● “Que meter num conceito, e com que coinserto-lo?”</li> <li>● “Que conceito é preciso inserir ao lado deste, e que componentes em cada um?”</li> </ul>
Intensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>● O que este conceito dá a perceber?</li> <li>● O que podemos perceber com este conceito?</li> <li>● Que conceitos são de mesma intensão?</li> <li>● Segundo que combinações/vizinhanças eles têm a mesma intensão?</li> </ul>

Fonte: elaborado pelos autores

## Considerações Finais

Neste texto apresentamos os prolegômenos de um método de revisão/produção conceitual extraído principalmente do texto *O que é a filosofia?*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992). Discutimos uma parte do problema de método que se impôs desde o problema de pesquisa em andamento, de modo a explicitar o processo de constituição de sua problemática. Também expusemos o início da resposta ao problema, que se dá pela consideração da natureza do conceito no construtivismo esquizoanalítico para uma revisão (conceitual) das abordagens das coisas.

Optamos por um debate demorado e detalhado dos elementos do método, motivo pelo qual apenas pudemos tratar de dois dos seis componentes da natureza do conceito: consistência e intensão. Em suma, tendo o conceito uma consistência, a revisão/produção considerará as pontes e zonas que formam a consistência externa e interna e determinam o conceito filosófico. Sendo eles intensão, são equalizáveis entre paradigmas, traduzíveis entre as teorias, aproximáveis entre autores e, sobretudo, coincidentes no corpo de quem pensa; senso intensão, o que se busca em cada texto ou autoria é o que os conceitos e suas combinações dão a perceber.

Para discussões futuras, ainda restam os outros componentes do conceito: criação, acontecimento, velocidade e conhecimento, que dão acesso a outros componentes do rizoma esquizoanalítico em que, mesmo como construtivismo, esta proposta não deixa de se configurar.

## Sobre o artigo

Recebido: 09/04/2021

Aceito: 11/05/2021

## Referências bibliográficas

- ADAIME, R. D. **Clínica Experimental: programa para máquinas desejantes**. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Núcleos de Estudos da Subjetividade - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15681> . Acesso em: 01 dez. 2021.
- BAREMBLITT, G. F. **Dez proposições descartáveis acerca do Esquizodrama - 01 de fevereiro de 2008**. Disponível em: <http://artigosgregorio.blogspot.com/2008/02/dez-proposies-descartveis-acerca-do.html> . Acesso em: 30 nov. 2021.
- BAREMBLITT, G, F. **Esquizodrama: 10 proposições descartáveis**. Belo Horizonte: Editora Instituto Gregorio Baremlitt, 2019.
- COUTINHO, A. R. **Da transferência à transversalidade: o dever dos conceitos e a variação do plano da clínica**. 2007. 153f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/05/2007\\_d\\_Andre.pdf](http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/05/2007_d_Andre.pdf) Acesso em: 10 abr. 2019.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? **Site da Escola Nômade**, 1990, sem paginação. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Júnior, Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Entrevista sobre o Anti-édipo. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010. p. 23-36.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, v. 3, 2012.
- FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FOUCAULT, M. O que é a crítica? **Cadernos da FFC**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-188, 2000.
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Lucia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUATTARI, F.; UNO, K. Conversa 3: 20 de janeiro de 1992. *In*: UNO, K. **Guattari: confrontações**. São Paulo: 1 Edições, 2016. p. 101-140.
- GUIZARDI, F. L. **Do controle social à gestão participativa: perspectiva (pós-soberanas) da participação política no SUS**. 2008. 259f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível

em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42674> . Acesso em: 30 nov. 2021.

HO, L. Y. W. A Concept Analysis of Coping with Chronic Pain in Older Adults. **Pain Management Nursing**, v. 20, n. 6, p. 563-571, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pmn.2019.03.002>. Acesso em: 30 nov. 2021.

HOLANDA, V. R. D.; PINHEIRO, A. K. B.; PAGLIUCA, L. M. F. Aprendizagem na educação online: análise de conceito. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, n. 3, p. 406-411, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000300016>. Acesso em: 30 nov. 2021.

HUR, D. U. **Psicologia, Política e Esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018.

LATOUR, B. On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/node/234> . Acesso em: 18 out. 2018.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Tradução de M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. D. **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 217-220, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4939>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RESENDE, C. Racio Vivendi: lógica e modo de vida na filosofia de Espinosa (Conferência). **VI Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UnB**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/enpgfil.unb.54/videos/383135992630182/> . Acesso em: 20 dez. 2019.

RODGERS, B. L. Concept Analysis: an evolutionary view. In: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. **Concept development in nursing: foundations, techniques, and applications**. 2. ed. Philadelphia: Sanders, 2000. p. 77-102.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e o meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SETEMBRINO, A.; GIMENES, L. F. Uma perspectiva esquizoanalítica do conhecimento: notas acerca da relação entre corpo, desejo e percepção. **Praxia: Revista on-line de Educação Física da UEG**, v. 2, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/praxia/article/view/10597> . Acesso em: 06 jul. 2020.

TOFTHAGEN, R.; FAGERSTRØM, L. M. Rodgers' evolutionary concept analysis: a valid method for developing knowledge in nursing science. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v. 24, s/n, p. 21-31, 2010. . Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21070310/>. Acesso em: 30 nov. 2021.